

Artículo de revisión.

Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.

Rosana Maria Luvezute Kripka¹

Morgana Scheller²

Danusa de Lara Bonotto³

Resumo

Neste trabalho abordam-se aspectos gerais sobre o método da pesquisa documental, a fim de esclarecer conceitos fundamentais considerados em estudos desta natureza. Também identificam-se fontes existentes para constituição de dados e procedimentos a serem adotados na análise de documentos. Objetiva contribuir com o debate no âmbito da pesquisa qualitativa a partir da discussão sobre a pesquisa documental como procedimento para a compreensão da realidade social e produção de conhecimento por meio da análise de variados tipos de documentos. Deste modo, apresentam-se conceitos, características e peculiaridades do método, indicando etapas, fontes existentes para a coleta e técnica de análise. Por fim, apresentam-se vantagens e desvantagens sobre o uso da pesquisa documental, na pesquisa qualitativa.

Palavras Chave: pesquisa documental, abordagem qualitativa, análise documental.

1. Universidade de Passo Fundo (UPF), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - Passo Fundo, RS, Brasil e Porto Alegre, RS, Brasil.
email: rkripka@upf.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8493-6900>

2. Instituto Federal Catarinense – Rio do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - Rio do Sul, SC, Brasil e Porto Alegre, RS, Brasil.
email: morganascheller@yahoo.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1704-0565>

3. Universidade Federal da Fronteira Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) - Cerro Largo, RS, Brasil e Porto Alegre, RS, Brasil.
email: danusabonotto@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7774-2251>

La investigación documental sobre la investigación cualitativa : conceptos y caracterización.

Resumen

Los estudios cualitativos se caracterizan como aquellos que buscan entender un fenómeno en su entorno natural , en donde se generan y donde pertenecen. Este artículo tiene como objetivo contribuir al debate en el contexto de la investigación cualitativa, en la discusión acerca de la investigación documental como un procedimiento para la comprensión de la realidad social y la producción de conocimiento a través del análisis de diversos tipos de documentos. Presentamos conceptos, características y peculiaridades del método, indicando los pasos, las fuentes existentes para la recolección y el análisis de datos. Por último, se presentan algunas ventajas y desventajas de la utilización de la investigación documental en la investigación cualitativa .

Palabras clave: investigación documental , enfoque cualitativo , análisis de documentos.

Documentary research on qualitative research: concepts and characterization.

Abstract

Qualitative studies are characterized as those who seek to understand a phenomenon in its natural environment, where these occur and belong to. This article aims to contribute to the debate in the context of qualitative research from the discussion about documentary research as a procedure for understanding social reality and knowledge production through the analysis of various types of documents. We present concepts, characteristics and peculiarities of the method, by indicating steps, sources existing for the collection and analysis. Finally, we present some advantages and disadvantages of the use of documentary research in the qualitative research.

Keywords: documentary research, qualitative approach, document analysis.

Recibido: 09-07-2015

Aceptado: 07-09-2015

Introdução

Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto (Bogdan & Biklen, 1994). As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir. Em um estudo qualitativo a busca por dados na investigação leva o pesquisador a percorrer caminhos diversos, isto é, utiliza uma variedade de procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados. Os instrumentos para constituição de dados geralmente utilizados são: questionários, entrevistas, observação, grupos focais e análise documental.

Destaca-se, neste trabalho, o uso da análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza, em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos.

O documento a ser utilizado na pesquisa dependerá do objeto de estudo, do problema a que se busca uma resposta. Neste sentido, ao pesquisador cabe a tarefa de encontrar, selecionar e analisar os documentos que servirão de base aos seus estudos.

Aspectos gerais

Em uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar vários procedimentos e instrumentos de constituição e análise de dados, entre estes a pesquisa documental. Mas o que é pesquisa documental ou o que caracteriza uma pesquisa documental? O que é documento? Seria pesquisa documental e análise documental sinônimas? Que vantagens traz o uso de documentos na pesquisa? Como se procede à análise documental? Essas indagações conduzem as reflexões que seguem.

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (Sá-Silva; Almeida & Guindani, 2009). Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere, seja na área da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas.

A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos (Guba & Lincoln, 1981).

Ainda segundo Helder (2006:1-2): “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”.

Assim, pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo. Porém, também é possível utilizar documentos e análise de documentos como estratégias complementares a outros métodos (Flick, 2009). Ao método utilizado para analisar os documentos chama-se de “método de análise documental”.

A pesquisa documental faz uso de documentos, conceito comum nas diversas áreas do conhecimento. Mas o que é um documento? Partindo da etimologia da palavra, documento, que corresponde a palavra latina “*documentum*”, significa aquilo que ensina, que serve de exemplo (Rondinelli, 2011). Para Cellard (2008) não é fácil conceituá-lo e defini-lo é um desafio. Para o autor este termo assume o sentido de prova - instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta; para servir de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos. O autor afirma que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008: 295).

Amplia o conceito de documento como:

tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho [...] pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos (IDEM: 297).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002, p. 2) destaca o termo documento como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova.

Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação”. Nos estudos de pesquisa qualitativa, para Lüdke e André (2012), Alves-Mazotti (1998) e Oliveira (2007), são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares.

Flick (2009) ressalta que em um estudo documental o pesquisador deve entender os documentos como “meios de comunicação”, pois foram elaborados com algum propósito e para alguma finalidade, sendo inclusive destinado para que alguém tivesse acesso à eles. Assim, indica que é importante compreender quem o produziu, sua finalidade, para quem foi construído, a intencionalidade de sua elaboração e que não devem ser utilizados como *‘contêineres de informações’*. Devem ser entendidos como uma forma de contextualização da informação, sendo analisados como *“dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na produção de versões sobre eventos”* (Flick, 2009: 234).

A pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de investigação. O que as diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento: no primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema.

Na concepção de Oliveira (2007), diferentemente da pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, corresponde a uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, sendo sua principal finalidade o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo. Neste caso, é importante a certificação de que as fontes pesquisadas já são reconhecidas de domínio público.

Quanto à distinção que se faz em relação aos documentos fontes das pesquisas documental e bibliográfica, Flick (2009) esclarece que podem ser de dois tipos: solicitados para a pesquisa e não solicitados. Como exemplo de documentos solicitado podemos citar a solicitação feita à pessoas para que escrevam diários por um tempo determinado, a fim de analisá-los. Já um exemplo de documento não solicitado seria a análise de diários já escritos por pessoas.

Nesse sentido, Webb e colaboradores e Lee, citados por Flick (2009), ao se referirem a pesquisa documental como um método não-intrusivo, fazem a seguinte distinção entre registros: os *consecutivos* seriam aqueles produzidos

para documentar processos administrativos; e *privados episódicos*, aqueles produzidos ocasionalmente.

Na Tabela 1 apresenta-se uma classificação das fontes de documentação, segundo Gil (2010) e Scott (1990 citado por Flick, 2009).

Além da escolha de quais tipos de documentos pretende utilizar, o pesquisador, ao se decidir sobre a pesquisa documental, precisa da construção de um *corpus*, ou seja, a definição da amostra representativa de todos os documentos de um tipo que se quer investigar. Neste caso é importante considerar também documentos que fazem referência a outros documentos (intertextualidade de documentos), buscando considerar a observação dessas conexões na análise, no modo como documentam e constroem as realidades sociais (Flick, 2009).

Tabela 1: Classificação das Fontes de Documentação.

Gil	<i>Registros estatísticos:</i> a natureza dos dados depende dos objetivos da entidade que procede a coleta e organização. Neste caso a coleta de dados é muito mais simples que qualquer método direto, mas que requer clareza ao realizar a busca pela natureza dos dados, em fontes adequadas aos propósitos da pesquisa. Indica duas limitações: a primeira refere-se ao fato de que, frequentemente, a definição de categorias empregadas no material estatístico não coincide com a empregada na pesquisa social, a segunda, que se deve prestar a devida atenção às metodologias utilizadas na coleta de dados, pois podem gerar documentos que não tenham credibilidade.
	<i>Registros institucionais escritos:</i> são aqueles fornecidos por instituições governamentais, como projeto de lei, relatórios de órgãos governamentais, entre outros. Podem também ser de fontes não governamentais, tais como atas de sindicatos, relatórios de associações comerciais e industriais, deliberações em igrejas, entre outros.
	<i>Documentos pessoais:</i> cartas, diários, memórias, autobiografias são alguns exemplos;
	<i>Comunicação em massa:</i> jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e televisão.
Scott	<i>Autoria:</i> pode ser pessoal ou oficial (privado ou público)
	<i>Acesso aos documentos:</i> que pode ser fechado (não acessíveis a terceiros); restrito (acessíveis apenas por um grupo); arquivo aberto (todos tem acesso em apenas um arquivo) e público aberto (publicado e acessível a qualquer parte interessada).

Fonte: Organizado pelas autoras (Scott, 1990 citado por Flick, 2009; Gil, 2010).

Na escolha dos documentos, o pesquisador não pode manter o foco apenas no conteúdo, mas deve considerar o contexto, a utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo (Flick, 2009). A escolha dos documentos consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido. Além disso, para realizar a seleção de documentos Scott (1990 citado por Flick, 2009) sugere quatro critérios: *autenticidade* (é genuíno e de origem inquestionável? É primário ou secundário?); *credibilidade* ou exatidão (não contém erros e distorções?); *representatividade* (é típico do seu tipo? Se não for, qual a extensão dessa não tipicidade?) e *significação* (é claro e compreensível?).

Análise de documentos

O uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental, qualitativa ou quantitativa, favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (Cellard, 2008).

No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Alves-Mazzotti, 1998; Lüdke & André, 1986). Assim o pesquisador irá extrair os elementos informativos de um documento original a fim de expressar seu conteúdo de forma abreviada, resultando na conversão de um documento primário em documento secundário.

Para Lüdke e André (1986), a análise documental, entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Esta análise é constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise. São estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica.

Nesta primeira fase da análise documental, a garimpagem e o exame inicial da documentação permitem: a definição de quais os documentos são os melhores para se analisar o problema proposto, de hipóteses provisórias, assim como a especificação do campo no qual o foco de estudo se fixará (Godoy, 1995). Para

Lüdke e André (1986), o problema central na análise de documentos refere-se a como conceitualizar as relações entre o conteúdo explícito, o significado implícito e o contexto de funções. Flick (2009) esclarece que o ponto de partida para a análise de documentos é a compreensão interpretativa do texto que possibilitará realizar inferências válidas para a pesquisa realizada. O objetivo, de modo geral, consiste em abranger e compreender casos específicos, por meio da reconstrução do caso. Assim, o autor indica ser necessário ter cuidado na escolha de um método de análise, verificando se o método é apropriado para o estudo e se nesta escolha são considerados alguns pontos de referência, tais como: a comparação das abordagens, com base em critérios; a seleção do método e a verificação de sua aplicação; a apropriabilidade do método ao assunto e o ajuste do método no processo de pesquisa.

A análise de documentos e de outros dados qualitativos, pode ser realizada mediante a escolha de métodos de análise, que assegurem que a análise seja rigorosa e criteriosa.

Considerando que o ponto de partida para a análise de documentos é a compreensão interpretativa do texto, deve-se escolher um método de análise e verificar se o método é apropriado para o estudo e também como o método pode ser ajustado no processo de pesquisa. Flick (2009), Gil (2010) e Ludke e Andre (1986) destacam que no momento de analisar dados qualitativos não existe uma forma melhor ou mais correta, no entanto o que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo.

Entre os métodos de análise destaca-se, neste artigo, a Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiuzzi (2011) e Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1979). A seguir apresentam-se os procedimentos da ATD e da AC.

Análise documental por meio da Análise Textual Discursiva

Pesquisas do tipo qualitativa (cujos textos são provenientes da coleta de dados, seja por questionários, entrevistas, documentos ou pesquisas de campos) também proporciona a ocorrência de produções de textos, que com a utilização de técnicas analíticas diferentes serão interpretados hermeneuticamente (Gunther, 2006). Objetiva uma compreensão profunda dos conteúdos a fim de desvendar os significados contidos no objeto de estudo. Entre as diferentes técnicas analíticas para a interpretação de textos das pesquisas qualitativas destacase a Análise Textual Discursiva.

A Análise Textual Discursiva, segundo Moraes e Galiuzzi (2011), é um processo auto organizado de produção de novas compreensões em relação aos fenômenos que examina. É concebida a partir de dois movimentos opostos: o primeiro de desconstrução, de análise propriamente dita e o segundo reconstrutivo, um movimento de síntese.

O movimento inicial da ATD é a unitarização, a desconstrução, a fragmentação do texto transformando as informações em unidades elementares denominadas de *unidades de significado* ou *unidades de sentido*. É importante que durante a unitarização, as unidades de sentido sejam codificadas, a fim de serem identificadas pelo pesquisador nos documentos originais. Além disso, o sistema de códigos permitirá relacionar as unidades de sentido e categorias construídas, com os documentos dos quais se originaram. As unidades de sentido devem ser válidas, isto é, devem ter relação com o fenômeno investigado, com os objetivos da pesquisa e com o aporte teórico que sustenta a mesma. Pode-se conceber a unitarização como um trabalho criativo de reconstrução de significados, sempre contextualizados, que os autores dos textos pretenderam expressar neles. Segundo os autores é “um exercício de desordenação na procura de uma nova ordem” exigindo do pesquisador envolvimento intenso. (Moraes & Galiuzzi, 2011: 71).

A categorização é parte do processo analítico interpretativo dos dados constituídos em pesquisas qualitativas e dependendo dos pressupostos assumidos pelo pesquisador pode ter diferentes direcionamentos. A partir das unidades de sentido, busca-se reunir em conjuntos aqueles elementos que possuem algo em comum. Portanto, “a categorização é um processo de criação, ordenamento, organização e síntese” (Moraes & Galiuzzi, 2011: 78).

A categorização pode ser realizada por meio dos Métodos Dedutivo ou Indutivo. No caso do Método Dedutivo, as categorias são construídas antes de se proceder a análise do “Corpus” da pesquisa, ou seja, do texto produzido. São chamadas de categorias “a priori”, sendo deduzidas de teorias explícitas já existentes, que servem como fundamento para a pesquisa realizada. No Método Indutivo as categorias são criadas a partir das unidades de análise, por meio de comparações e de organização de ideias, visando partir de ideias particulares em direção à ideia geral, que emergem da análise do pesquisador, considerando seus conhecimentos tácitos ou de teorias implícitas, que influenciam de modo único suas percepções e interpretações. Nesse caso as categorias são chamadas de emergentes.

Os autores informam que os dois métodos citados podem ser utilizados conjuntamente, o que denominam por método de análise misto. Esse caso ocorre quando inicialmente são definidas categorias “a priori”, mas no decorrer do processo de análise, essas categorias são modificadas, pelo método indutivo, visando seus aperfeiçoamentos.

Também apresentam um terceiro método de análise que chamam de intuitivo, que decorre do processo de auto-organização do complexo conjunto de ideias com o qual está se trabalhando. Entendem que desse emerge uma nova ordem, por meio da percepção repentina, ou seja, de “insights” que o pesquisador intui ao estar profundamente impregnado dos sentidos e significados relacionados ao texto analisado.

Assim, as categorias obtidas podem ser definidas a priori pelo pesquisador, trazidas para a pesquisa antes da análise propriamente dita ou podem ser categorias emergentes, construídas a partir dos dados. As categorias devem ter as seguintes propriedades:

- (i) validade – necessitam ter validade teórica que pode ser construída a partir das categorias emergentes ou derivadas de teorias a priori;
- (ii) homogeneidade – deve ser utilizado critérios de organização das categorias, que devem ser descritos explicitados com clareza;
- (iii) amplitude e precisão e
- (iv) exatidão e exclusão mútua – considerando a possibilidade de enquadrar uma unidade de significado em mais de uma categoria, não leva-se ao extremo que cada elemento unitário deva pertencer a uma única categoria.

O processo de categorização conduz a organização de metatextos, que são as expressões escritas que resultam das descrições e interpretações a partir das categorias. A escrita dos metatextos deve ser composta de descrição, interpretação e argumentação que constituem a teorização da pesquisa. As descrições devem ser densas e ancoradas nos dados empíricos garantindo validade e contextualização. A interpretação expressa as novas relações e inferências em relação ao fenômeno, expondo novos sentidos e significados. Os argumentos extrapolam as descrições e as categorias e devem ter fundamento teórico e empírico. A construção de argumentos consistentes e bem-fundamentados não é trivial e estes constituem-se em conjunto com as categorias sendo aperfeiçoados até o término da pesquisa.

A ATD, desta forma, segundo Moraes e Galiuzzi (2011: 112): “[...] envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar estes enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído.”

Análise documental por meio da Análise de Conteúdo

A análise de documentos também pode ser realizada ainda utilizando do método da Análise de Conteúdo (AC) que, segundo Bardin (1979: 31), consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Appolinário (2009: 27) complementa a definição ao afirmar que “normalmente, nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a um teoria específica”.

A abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto das mensagens ou os efeitos dessa mensagem.

Portanto, essa técnica consiste na investigação do conteúdo simbólico das mensagens (conteúdos dos documentos) cuja função é encontrar respostas para as questões formuladas e/ou confirmar hipóteses estabelecidas previamente e também em descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências, do que está sendo comunicado (Gomes, 2001). O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo das mensagens em busca de respostas para o problema de pesquisa e, assim, corrobora com a produção de conhecimento teórico relevante para a área em questão.

A análise documental por meio da análise de conteúdo pode ser constituída de duas etapas: uma primeira correspondente a escolha dos documentos, seguida do acesso ou recolha deles e finalmente, a análise, como a análise de conteúdo (Godoy, 1995).

Bardin (1979) divide o método de análise de conteúdo em três fases: pré-análise (organização do material), exploração do material e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação, denominando-as como pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na Tabela 2 são apresentadas as características dessas etapas.

Para Bardin (1979), a fase de pré-análise é a fase da organização dos documentos que constituirão o corpus de análise da pesquisa. São desenvolvidas as operações preparatórias para a análise propriamente dita. Visa sistematizar as primeiras ideias e envolve bastante leitura, visto ser o primeiro contato com os documentos que se deseja examinar. Nessa fase é que se realiza a escolha dos documentos que serão submetidos à análise (construção de um corpus de análise), a formulação de hipóteses e/ou objetivos de estudo, e a elaboração de indicadores para a interpretação dos resultados.

Como uma primeira tarefa desta fase o pesquisador pode realizar uma leitura superficial dos documentos a fim de escolhê-los. Essa leitura, Bardin (1979) define como leitura flutuante que além de proporcionar o primeiro contato com os documentos, permite ao pesquisador conhecer a estrutura do mesmo e tecer as primeiras impressões em relação à mensagem dos documentos.

Tabela 2: Etapas básicas da análise documental por meio da análise de conteúdo.

Pré-análise	- Organização do material: escolha e seleção dos documentos (corpus de análise), a formulação de hipóteses e/ou objetivos e elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final.
Exploração do material	- Estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. - Elaboração de indicadores que orientarão a interpretação dos resultados: escolha das unidades de contagem (codificação), seleção das regras de contagem (classificação) e a escolha de categorias (categorização).
Tratamento dos resultados	- Interpretação referencial - Reflexão e intuição com base nos documentos estabelecem relações. Desvendar o conteúdo latente que os documentos possuem.

Fonte: Adaptado de Bardin (1979).

A escolha dos documentos consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido.

Por exemplo, para uma análise do processo de evolução de um projeto em uma escola, os relatórios existentes podem ser bastante úteis. Porém se o objetivo da análise documental for outro, ele pode não ser mais necessário. Na pesquisa documental o pesquisador é o autor que contribui e é importante estabelecer o que questionar dos documentos e que documentos escolher.

Cabe salientar que é na fase de pré-análise que o pesquisador deve escolher o que deseja recolher e analisar levando em consideração o tempo que dispõe para a pesquisa. Esta seleção deverá ser adequada a finalidade da mesma e justificável. Para a criação de um corpus de análise alguns aspectos devem ser levados em considerações quando se deseja trabalhar com amostragem, dentre eles destacam-se: exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade, os quais são apresentados na Tabela 3 (Bardin, 1979).

Quanto à formulação de hipóteses e/ou objetivos a autora explicita que essa formulação não é imprescindível na pré-análise, pois a criação dessas, muitas vezes, consiste em explicitar direções de análise que funcionem durante o processo investigativo, são as chamadas hipóteses implícitas. Elas podem surgir, assim como as questões norteadoras, no decorrer da pesquisa.

Após a leitura inicial o pesquisador deve escolher os índices (variáveis consideradas fundamentais compostas pelo referencial teórico) e indicadores. Consiste na tarefa de indicar quais os elementos que melhor explicitam o conteúdo dos documentos, e organizá-los sistematicamente com indicadores

(frequência, em caso de análise quantitativa, e, presença, em caso de análise qualitativa). Os temas que se repetem com muita frequência podem ser índices e se recortam do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados. Disso resultam quadros ou mapas, ou seja, banco de dados de informações.

Tabela 3: Aspectos considerados na criação do corpus de análise.

Exaustividade	Não se deve utilizar seleções de documentos que tratam sobre determinado fim considerando <i>todos os existentes</i> a fim de se evitar conclusões tendenciosas. Não se deve omitir informações.
Representatividade	A análise deve ser realizada com base em uma amostra representativa do universo investigado.
Homogeneidade	Os documentos analisados devem ser homogêneos (único tema, estrutura ou conteúdo), assim como as técnicas de coleta de tais documentos.
Pertinência	Os documentos devem ser fontes de informações adequadas aos objetivos da pesquisa.

Fonte: Adaptado de Bardin (1979).

Nesta primeira fase da análise documental, a garimpagem e o exame inicial da documentação permite a definição de quais os documentos são os melhores para se analisar o problema proposto, de hipóteses provisórias, assim como a especificação do campo no qual o foco de estudo se fixará (Godoy, 1995).

Concluída a pré-análise, a etapa que segue é a exploração do material em que o corpus de análise é tomado e o pesquisador terá a tarefa de ler atentamente toda a documentação a fim de codificar, classificar e categorizar as informações contidas nos documentos. Trata-se um estudo aprofundado desse *corpus*, guiados em princípio, pelas hipóteses e referenciais teóricos (Bardin, 1979). É a materialização das decisões tomadas na pré-análise através de um longo trabalho.

A codificação corresponde a uma identificação, que por recorte, agregação, enumeração, entre outros permite atingir uma representação de conteúdo e de sua expressão. Quer dizer, como analisar e como tratar o material (Richardson, 1999). Segundo Holsti (1969, p.94) “a codificação é um processo pelo qual os dados em bruto são sistematicamente transformados e agrupados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo”. Assim, a codificação consiste na transformação – seguindo regras especificadas dos dados de um texto, procurando agrupá-los em unidades que permitam uma representação do conteúdo desse texto.

A exploração dos documentos segue com a determinação das unidades de análise para analisarmos o conteúdo de uma mensagem. Para Gomes (2001) e Holsti (1969), a codificação poderá ser feita utilizando dois tipos de unidades: unidades de registro e unidades de contexto.

- Unidades de registro – referem-se aos elementos obtidos através da decomposição de um conjunto de mensagens. A unidade pode ser simplesmente palavra ou frase e até mesmo parágrafo, ou também pode ser um tema que se refere a uma unidade maior em torno da qual se retira uma conclusão. Ainda podem ser o personagem de uma narrativa, o acontecimento relatado e o documento (livro, artigo, filme, entre outros). Essas unidades podem ser combinadas dependendo da natureza do estudo.
- Unidades de contexto – unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro, ou seja, compreensão no contexto da qual faz parte a mensagem que está sendo analisada.

O método de codificação a ser utilizado vai depender da natureza do problema, do arcabouço teórico e das questões da pesquisa. Decido pelo tipo de codificação passa-se aos registros que poderão ser feitos de várias formas: no próprio material analisado ou através de esquemas, diagramas e outras formas de síntese de comunicação. Essas anotações ou registros podem incluir num primeiro momento o tipo de fonte de informação, os tópicos ou temas tratados, o momento e o local das ocorrências, a natureza do material coletado, entre outros (Ludke & André, 2012). Em seguida, segue o processo de análise com a escolha de categorias.

À medida que se vai lendo e relendo os dados organizados/codificados buscando por regularidades (aspectos recorrentes) e padrões bem como de tópicos presentes, classifica-os em blocos maiores, representativos destes tópicos e padrões: estas palavras ou frases são chamadas de categorias (Bogdan & Biklen, 1994). Também são chamadas de classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns ou que se relacionam entre si.

As categorias são empregadas para se estabelecer classificações e nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso (Gomes, 2001). As categorias devem considerar o material a ser analisado e os objetivos da pesquisa, procurando respondê-los. Podem referir-se a situações e contexto, atividades e acontecimentos, relação entre pessoas, comportamentos, opiniões, sentido, valores, perspectivas sobre um problema, métodos e estratégias ou processos.

A categorização representa a passagem dos dados brutos a dados organizados. Esse processo é essencialmente indutivo e exige tempo e dedicação do pesquisador. As categorias podem ser definidas pelo pesquisador previamente antes da análise ou ao longo do processo de leitura dos dados. (Bogdan & Biklen, 1994; Richardson, 1999). Já Ludke e André (2012), defendem que as categorias surgem num primeiro momento, do arcabouço teórico em que se apoia a pesquisa, modificando-se ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre teoria e empiria, originando novas concepções e focos de análise.

Portanto, a definição de categorias de análise vai sendo modificada ao longo do estudo tanto pelos dados que alimentam a pesquisa quanto pelo referencial teórico, ou seja, não se trata de um processo estanque. Cabe lembrar que não existem procedimentos fixos para a definição de categorias. Guba e Lincoln (1981) sugerem que se faça uma avaliação do conjunto inicial de categorias e enriqueça o sistema mediante um processo divergente, incluindo: o aprofundamento, ligação e ampliação do material.

A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Alguns autores denominam esta etapa como um processo de redução de dados que permitem a simplificação da informação, facilitando o processamento e obtenção de conclusões.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação objetivam tornar os dados mais validos e significativos. Nesta etapa ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica. De acordo com Triviños, (1987) utilizando-se de técnicas quantitativas e/ou qualitativas busca-se, nesta etapa, colocar em destaque as informações fornecidas pela análise, seja o conteúdo manifesto nos documentos, seja desvendando o conteúdo latente que os dados possuem. O ideal é que o pesquisador destine sua atenção aos dois tipos de conteúdo, quando for possível.

Segundo o autor o conteúdo manifesto nos documentos pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e a nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas. Por outro lado, o conteúdo latente abre perspectivas, sem excluir informação estatística para descobrir ideologias, tendências das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutura e histórico.

Com base no material obtido na fase de exploração dos dados, o pesquisador retoma o exame deste no intuito de ampliar o conhecimento, descobrir novos ângulos e aprofundar a sua visão. Pode ainda explorar as ligações existentes

entre os vários itens, buscando estabelecer relações e associações, passando então a combiná-las, separá-los ou reorganizá-los podendo chegar a amplas generalizações. Por fim, cabe ao pesquisador procurar ampliar o campo de informação identificando elementos emergentes que necessitam de maior aprofundamento.

A última etapa exige que o pesquisador reavalie as categorias quanto à sua abrangência e delimitação. Como destaca Ludke e André (2012, p. 44):

Quando não há mais documentos para analisar, quando a exploração de novas fontes leva à redundância de informação ou a um acréscimo muito pequeno, em vista do esforço despendido, e quando há um sentido de integração na informação já obtida, é um bom sinal para concluir o estudo.

Vantagens e desvantagens da pesquisa documental

A pesquisa documental, assim como qualquer outra abordagem, apresenta vantagens e desvantagens em relação aos demais métodos. Dentre as vantagens, Guba e Lincoln (1981) destacam o fato dos documentos constituírem uma fonte estável e rica de onde o pesquisador poderá retirar evidências que fundamentam suas afirmações; podem ser consultados várias vezes; possuem baixo custo financeiro (apenas tempo) permitindo ao pesquisador maior acessibilidade; servem para ratificar, validar ou complementar informações obtidas por outras técnicas de coleta de dados.

Uma vantagem adicional dos documentos é que eles se constituem uma fonte não reativa, permitindo a obtenção das informações após longos períodos de tempo ou quando a interação com as pessoas podem alterar o seu comportamento comprometendo os dados. Os documentos podem ser considerados uma fonte natural de informação contextualizada (surgindo no contexto e fornecendo informações a respeito dele).

Além disso, a utilização da pesquisa documental também é apropriada quando se deseja investigar um fenômeno já ocorrido e se estendeu por determinado tempo, buscando criar numa linha do tempo comportamentos de um determinado evento. É apropriado também a utilização da pesquisa documental em situações em que o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão ou linguagem dos sujeitos envolvidos, como as formas de produção escrita (trabalhos acadêmicos, diários, cartas, entre outros) (Holsti, 1969).

Uma vantagem da abordagem por meio da análise de documentos consiste em utilizar métodos de pesquisa não-intrusivos e dados coletados que foram produzidos com finalidades práticas no campo em estudo, o que possibilita novas perspectivas sobre os processos, permitindo que se vá além das perspectivas dos membros do campo (Flick, 2009). Como descrito por Flick (2009: 237) quando

complementa: *“Os documentos podem ser instrutivos para a compreensão das realidades sociais em contextos institucionais.”*

Segundo Gil (2010) na pesquisa documental, como os dados são obtidos de maneira indireta, ou seja, por meio de livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, essas fontes documentais evitam desperdício de tempo e constrangimento, possibilitando obter quantidade e qualidade de dados suficiente para a realização pesquisa. Também ressalta que algumas pesquisas sociais somente seriam possíveis por meio da análise de documentos. O autor também apresenta como vantagens da pesquisa documental: possibilitar o conhecimento do passado; possibilita investigar processos de mudanças sociais e culturais; permite a obtenção de dados com menor custo e favorece a obtenção de dados sem constrangimento dos sujeitos.

No entanto, existem críticas/desvantagens/limitações quanto à realização de pesquisas de caráter documental. Guba e Lincoln (1981) afirmam que: a) os documentos são amostras não-representativas dos fenômenos estudados – por vezes os documentos não traduzem as informações reais, visto que não foram elaborados com o propósito de fornecer dados para uma investigação posterior ou a quantidade de documentos não permite fazer inferências; b) falta de objetividade e validade questionável – os documentos são resultados de produção humana e social e não há garantias dos dados serem fidedignos; c) representam escolhas arbitrárias, de aspectos e temáticas a serem enfatizados. Godoy 1995 ainda destaca a falta de um formato padrão para muitos documentos e a complexidade da codificação das informações neles contidas como parte das dificuldades de trabalhar com este tipo de pesquisa.

Além disso, Flick (2009) indica que podem existir dificuldades, neste tipo de pesquisa, quando existe limitação de recursos, o que obrigaria ao pesquisador a ser seletivo, ao invés de utilizar todos os documentos disponíveis ou necessários. Outra dificuldade, identificada pelo autor, pode ser a existência de problemas para a compreensão dos conteúdos dos documentos, como por exemplo, serem difíceis de ler por estarem escritos à mão ou por estarem danificados. Também é necessário verificar quem produziu o documento e com que finalidade tendo em vista a credibilidade das informações (se não contêm omissões, erros ou distorções).

Considerações finais

Neste estudo apresenta-se um modo de realização de pesquisa qualitativa. Descreve-se características, vantagens e desvantagens e as etapas para o desenvolvimento da pesquisa documental. O estudo teórico indica a importância da pesquisa documental na abordagem da pesquisa qualitativa, a qual possibilita a compreensão de casos específicos por meio de registros, os documentos, seja

na sua utilização como método autônomo, seja na complementação em pesquisas qualitativas, em que se utilizam outros métodos de constituição e análise de dados.

O estudo aponta, no caso específico da abordagem por meio da análise de documentos, que são fundamentais a compreensão, identificação e classificação dos tipos de documentos utilizados, bem como o cuidado com o processo de seleção e constituição dos dados, de modo que possibilitem a fidedignidade em relação à realidade pesquisada.

Referências

Alves-Mazzoti, A. 1999. O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa* (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira.

Appolinário, F. 2009. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. 2002. *NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT.

Bardin, L. 1979. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, R.; Biklen, S. 1994. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Lisboa: Porto Editora.

Cellard, A. 2008. *A análise documental*. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Flick, U. 2009. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. 2010. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed., 3 reimpr., São Paulo: Atlas.

Gunther, I. 2006. Pesquisa qualitativa v. pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, maio-Ago. 22(2): 201-210.

Godoy, A. 1995. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 5 (3): 20-29.

Gomes, R. 2001. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. MINAYO (org.).

- Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Guba, E.; Lincoln, Y. 1981. *Effective Evaluation*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Helder, R. 2006. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve.
- Holsti, O. 1969. *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*. Boston: Addison Wesley.
- Lüdke, M.; André, M. . 1986. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Moraes, R.; Galiazzi, M. 2011. *Análise Textual Discursiva*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Oliveira, M. 2007. *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Richardson, R. et al. 1999. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rondinelli, R. C. 2011. *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói.
- Sá-silva, J.; Almeida, C. & Guindani, J. 2009. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul.
- Triviños, A. 1987. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.